

## 1916 - O ano da organização do CEP para França. A Mobilização Militar

Tenente-coronel  
Pedro Marquês de Sousa



Os artigos publicados na *Revista Militar*, em Setembro de 1915 e em Janeiro de 1916, da autoria de Luiz A. F. Martins sobre a *Mobilização do Exército da República*, abordaram a nova regulamentação da mobilização militar que o regime republicano pretendia implementar e que com grandes dificuldades realizou em 1916, quando foi levantado o primeiro núcleo da força militar que foi enviada para França em 1917.

No presente ano cumpre-se um século desde a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a 9 de Março de 1916, ano em que exército desenvolveu um gigantesco esforço para convocar e mobilizar os homens e os animais que foram enviados para a França, integrados no CEP (Corpo Expedicionário Português) e no CAPI (Corpo de Artilharia Pesada Independente).

Neste artigo procuramos trazer algumas informações sobre a preparação militar, a convocação de milhares de homens e sobre a requisição e mobilização de milhares de solípedes. Daremos destaque ao “milagre de Tancos” como ficaram conhecidos os exercícios militares, realizados no verão de 1916, na região de Tancos-Vila Nova da Barquinha, onde se reuniram dezenas de unidades e formações da designada Divisão de Instrução.

### **Cumprindo a vontade dos políticos guerristas**

Depois do movimento de 14 de Maio de 1915, o poder ficou nas mãos dos “partidários da guerra,” bem representados na Junta Revolucionária que derrubou o governo de Pimenta de Castro. Os cinco militares que faziam parte da Junta Revolucionária (Norton de Matos, Freitas Ribeiro, Álvaro de Castro, Sá Cardoso e Leote do Rego) eram fervorosos defensores da participação portuguesa na guerra europeia e o Partido Democrático tinha um importante grupo de políticos civis igualmente defensores da guerra, como Alexandre

Braga, que criticava os militares que estavam contra o envolvimento português. Numa intervenção na sede do Partido Democrático, em Lisboa, no dia 6 de Junho de 1915, Alexandre Braga acusou o exército de não querer ir para a guerra, provocando a reação do coronel Gomes da Costa que escreveu as seguintes linhas, bem reveladoras da situação em que se encontrava o exército português em 1915 e do futuro relacionamento deste oficial com os políticos da Primeira República:

*“O Exército sabe muito bem que a sua principal missão é bater-se, quando e onde a nação entender necessário, e , portanto , o exército não pode recusar-se a marchar para onde manda quem tem direito a fazê-lo. O que, porém, o Exército sabe muito bem, é que não dispõe de meios para se bater com honra, porque o Exército não possui preparação alguma, não possui armamento, nem munições, nem material, nem uniformes, nem calçado. E o Exército é o culpado deste estado de coisas ? Não. Os culpados são os governantes monárquicos que deixaram decair o Exército, e são os governantes republicanos que o não souberam, ou não quiseram levantar.[...]”*<sup>[1]</sup> \_.

Após a vitória do Partido Democrático nas eleições de Agosto de 1915, com o Presidente da República, Bernardino Machado, e o Chefe do Governo, Afonso Costa, a liderança política assumia a posição guerrista, reforçada mais tarde após a declaração de guerra da Alemanha (9 de Março 1916) com o governo da União Sagrada, chefiado por António José de Almeida, tendo Afonso Costa nas Finanças, Norton de Matos na Guerra e Leote do Rego como ministro da Marinha. Durante o 2º semestre de 1915 e no ano de 1916, verifica-se um intenso esforço para preparar a força militar a mobilizar para a guerra. Foi elaborado um Regulamento de Mobilização, foram planeadas novas medidas para o recrutamento de quadros e de praças e foi organizada a Divisão de Instrução, mais tarde designada por Divisão Reforçada.

Mas entre a declaração de guerra da Alemanha, e a chegada a França das primeiras forças do CEP passou quase um ano repleto de tensões entre os políticos guerristas e muitos militares contrários ao envolvimento português, problemas que marcaram as profundas divisões internas no exército, não apenas entre guerristas e antiguerristas mas também entre militares do quadro e milicianos. O modelo de exército miliciano criado com a reorganização militar republicana de 1911 formou este “tipo” de oficial das armas e serviços, com uma instrução militar muito reduzida, o que provocava a reação negativa, não só dos oficiais de carreira como também dos sargentos, que punham em causa a preparação destes novos oficiais, como testemunha o artigo publicado na Revista dos Sargentos Portugueses, logo após as manobras de Tancos, em Agosto de 1916: *“(...) foi-se buscar à escola indivíduos que nunca haviam transposto uma porta de armas, em cujas veias corre apenas o sangue da juventude [...] e só porque os adorna um diploma, meramente teórico, que com a vida militar não tem o mais ligeiro contacto, reconhece-se que no fim de umas semanas, podem ser regulares oficiais e cingir-se-lhes a espada”*<sup>[2]</sup> \_.

O capitão de Infantaria e poeta Augusto Casimiro (1889-1967), no seu livro *Nas trincheiras da Flandres*, também revela a falta de preparação de um jovem alferes miliciano seu conterrâneo chamado Turibio, que interrompeu o curso de Direito em Coimbra e foi mobilizado: *“(...) Turibio sentou praça e foi frequentar uma Escola de*

*Oficiais Milicianos. O que lá aprendeu não vale a referência. Deram-lhe um galão, porém, e meteram-no a bordo dum transporte”<sup>[3]</sup>. Augusto Casimiro era oficial de carreira e um republicano fervoroso apoiante da intervenção portuguesa, mas a sua experiência como comandante de Companhia do BI 23 permitiu-lhe constatar as vulnerabilidades do seu exército, tal como nos conta através da história do “Soldado Oficial Miliciano”: “(...) Cândido Cordeiro tinha 20 anos, o curso dos Liceus e uma noiva.[...] foi recrutado, aprendeu a arte de ser soldado e foi promovido a 1º Cabo. Esteve em Tancos onde foi cabo do rancho na sua companhia. Depois, o seu batalhão partiu para a França e ele foi chamado para uma escola de oficiais milicianos. Recorda-se perfeitamente do momento. Eram oito horas e meia da manhã. Às nove e meia terminou o curso com um almoço tático na Carregueira, exibindo, às 10h do mesmo dia e na rua do Ouro, o seu uniforme de campanha, novinho... Era Aspirante”<sup>[4]</sup>.*

Entre 1915 e 1918, o número de oficiais milicianos cresceu dos 254 (existentes em 1915) para os 2854 (que existiam em 1918) e, durante os anos de 1917 e de 1918, o efetivo de oficiais milicianos era equivalente ao dos oficiais de carreira, como mostra o quadro seguinte<sup>[5]</sup>:

POSTOS	1915		1916		1917		1918	
	QP	Milº	QP	Milº	QP	Milº	QP	Milº
General	20		20		20		20	
Coronel	108		108		107	1	109	
Tenente-coronel	125		125		124	1	127	1
Major	236		236	1	235	30	241	27
Capitão	830	24	830	36	823	655	867	419
Tenente		70		132		511		437
Alferes	1429	160	1429	1332	1408	1199	1460	1464
Aspirante				541		420		506
<b>SOMAS</b>	<b>2748</b>	<b>254</b>	<b>2748</b>	<b>2042</b>	<b>2717</b>	<b>2817</b>	<b>2824</b>	<b>2854</b>

Mas as palavras do oficial miliciano médico, Jaime Cortesão, cunhado de Augusto

Casimiro, mostram ainda outra visão, criticando a atitude de muitos oficiais de carreira :  
“ (...) não tínhamos um exército capaz de fazer a guerra moderna.[...] Se tivéssemos adoptado o sistema inglês das rápidas promoções por distinção ter-se-iam evitado muitos erros e vergonhas. A quantos bravos e inteligentes oficiais abafaram a iniciativa e o espirito de comando em pequenas missões” <sup>[6]</sup> \_.

Mas o modelo de serviço militar originado pela república também criou outro problema, muito mais grave: além do reduzido período nas fileiras dos soldados do serviço militar obrigatório (apenas quatro a oito meses) e da sua reduzida preparação, o aumento das isenções fez com que as classes de licenciados de 1912, 1913, 1914 registassem efetivos muito reduzidos. A partir de 1912, as classes vão de 15604 homens, a 12201 e a 11894, o que mostra que, apesar do aumento da população, a quantidade de militares incorporados reduziu, talvez também devido à emigração. Como veremos adiante, em 1916, para preparar a Divisão de Instrução, em Tancos, e depois a Divisão Reforçada enviada para França, houve necessidade de convocar militares de todas as classes activas até à mais antiga possível (a classe de 1908), pois os militares que foram incorporados em 1907 já estavam no 2º escalão do exército (tropas de reserva).

A convocação de licenciados não foi bem aceite e deu origem a diversos casos de indisciplina e tensões, não apenas pelo inconveniente de ser mobilizado, mas também pelas situações de injustiça em resultado das “dispensas” de alguns rapazes de famílias influentes, mais sentida nas comunidades mais pequenas. Das inúmeras situações de revolta anti-guerrista registadas nas fileiras, desde a revolta de Mafra (20 de Outubro 1914), às de Estremoz e de Lisboa, ambas em Janeiro de 1915, destaca-se a registada em Abril de 1916, no Regimento de Infantaria 21, na Covilhã, após a convocação de militares licenciados <sup>[7]</sup> \_ e a mais grave no final do ano de 1916, nas vésperas do embarque das primeiras forças para França, o movimento da cidade de Tomar, sede do QG da 7ª Divisão, envolvendo diversas unidades daquela circunscrição, que tinham realizado as manobras de Tancos e que estavam prontas a enviar para França <sup>[8]</sup> \_.

Durante o período tratado neste capítulo, basicamente no 2º semestre de 1915 e durante todo o ano de 1916, a Instituição Militar sofreu uma profunda transformação numa luta contra o tempo para mobilizar, preparar e equipar o Exército, implicando elevadas despesas.

A exposição do Ministro da Guerra ao Conselho de Ministros, em Outubro de 1915 <sup>[9]</sup> \_ dava conta da possibilidade de serem mobilizadas mais três Divisões, além da Divisão Auxiliar <sup>[10]</sup> \_ que tinha sido organizada em 1914, recordando que o parlamento aprovou a verba de 20 mil contos para as despesas extraordinárias resultantes da guerra europeia, da qual 16 mil contos eram destinados à aquisição de material. O Ministro expressava a sua intenção “patriótica” de dar à indústria nacional o encargo de produzir tudo que pudesse, desde que não fosse mais caro do que no estrangeiro, pedindo autorização para adiantar os capitais necessários para a indústria nacional poder resolver o seu problema de falta de capital, tal como tinha já revelado num ofício dirigido ao general Correia Barreto, Director do Arsenal do Exército <sup>[11]</sup> \_: “(...) Devo informá-lo de que o Governo está disposto a gastar o que for preciso, além dos 20.000 contos votados pelo parlamento para dotar o

*nosso exército com o material indispensável para a mobilização da Divisão Auxiliar e de três Divisões mais. Nestas condições mais imperioso é o nossos dever de empregarmos todos os esforços para adquirir ou manufaturar esse material [...] é evidente que só vantagens resultarão de não mandarmos ouro para fora do país, e de distribuirmos os milhares de contos que temos de gastar com material de guerra pelos nossos operários e pelos nossos industriais”.*

O enérgico entusiasmo do general Norton de Matos é revelado nas seguintes linhas, ao referir que conversou com o director da fábrica “Vulcano” sobre a montagem de uma fábrica, a curto prazo, para produzir 500.000 granadas de artilharia 7,5 cm com explosivos produzidos na fábrica da Trafaria, terminando a sua mensagem com as seguintes palavras ao seu amigo general Correia Barreto: “(...) *Pense nas granadas explosivas e em tudo o que é necessário em material de guerra para prepararmos a Divisão Auxiliar e mais três Divisões. São quase horas de me arranjar para partir para a visita às Escolas e Repetição. Mais uma noite que passei em claro a trabalhar na preparação do nosso Exército*” <sup>[12]</sup>.

O despacho de Norton de Matos, em janeiro de 1916, sobre a criação da aeronáutica <sup>[13]</sup>, mostrava bem a sua atitude empenhada mas também precipitada para modernizar as forças militares, como nos revela o seguinte parágrafo: “(...) *Que mais uma vez, desde que estou à frente do exercito português, me vejo obrigado a repelir a doutrina, e a orientação que dela resulta, de que devemos aguardar os ensinamentos da actual guerra para adquirirmos material de que absolutamente carecemos para a preparação do nosso exército para a guerra*”. O ministro dava ordem para que os grupos de oficiais enviados a França, aos EUA e os que iam partir para Inglaterra fizessem avaliações e propostas para Portugal proceder à aquisição de aeronaves <sup>[14]</sup>.

A situação do Exército, no início do período que abordamos neste capítulo, sobre a preparação da força militar enviada para França, está bem patente no estudo realizado no Estado-Maior do Exército sobre a real situação, em Abril de 1916, e também pelas soluções que sugere para resolver os diferentes problemas, algumas das quais que se revelaram muito prejudiciais como veremos ao longo deste capítulo <sup>[15]</sup>. Talvez pelo facto deste estudos terem sido feitos a pensar na mobilização de quatro divisões e depois se ter concretizado uma mobilização menor (uma Divisão, em 1916, e depois duas, em 1917) se tenha facilitado com optimismo do processo desenvolvido em 1917. Relativamente à mobilização, o relatório destaca que as desigualdades regionais não permitiam fazer uma mobilização regional (por circunscrição), nem em pessoal nem em animais. Relativamente a pessoal, os mancebos com condições para as especialidades mais científicas, como engenharia, saúde e administração militar, residiam em determinadas localidades no litoral. Relativamente a solípedes, existia uma extraordinária desigualdade da sua distribuição pelo território, o que, na ausência de grandes depósitos regionais e perante a insuficiência da rede ferroviária, dificultava a mobilização, obrigando que grande parte dos solípedes e as dotações de material (a maior parte concentrada em Lisboa) tivessem que ser enviados diretamente para as regiões onde se fazia a concentração das unidades, obrigando a que a mobilização fosse efectuada ao mesmo tempo que a concentração, por não haver capacidade de armazenamento nem o País

dispor de homogeneidade territorial de recursos.

## A mobilização de pessoal

No início de Julho 1915, foram publicadas instruções relativas à nomeação do pessoal a mobilizar das unidades do Exército<sup>[16]</sup>, estabelecendo que “logo que uma unidade do exército recebesse a ordem de mobilização, todo o pessoal dessa unidade, quer pertencesse ao seu quadro permanente ou estivesse licenciado, quer fosse miliciano ou estivesse incorporado simplesmente para efeitos de mobilização, devia considerar-se individualmente nomeado para marchar”, referindo ainda que não era permitido aos militares do quadro permanente das unidades mobilizadas fazerem-se substituir. No final do ano de 1915, foi aprovado um novo Regulamento de Mobilização do Exército<sup>[17]</sup> que previa dois tipos de mobilização, a ordinária, para realizar escolas de repetição, e a extraordinária, quando for determinado pelo poder político, estabelecendo um vasto conjunto de normas e procedimentos para preparar e executar a mobilização de pessoal, de animais e de materiais. A mobilização foi feita apenas sobre militares das tropas ativas<sup>[18]</sup>, ou seja, com o pessoal do quadro permanente (oficiais, sargentos e praças), por graduados e praças readmitidas e com base nos recrutados de diversas classes do serviço militar obrigatório. Inicialmente, foram convocados apenas os contingentes de 1912, 1913, 1914 e 1915 para se juntarem aos recrutas incorporados em 1916. Os incorporados nas escolas de recrutas de 1916 constituíram a base dos soldados da Divisão de Instrução, depois enviada para França, como CEP (Divisão Reforçada), em 1917. No final do ano de 1916, para levantar as unidades da 1ª Divisão (Lisboa), foram também mobilizados militares licenciados de classes mais antigas (de 1908, 1909 e 1910) para especialidades mais críticas, como sapadores mineiros, telegrafistas, sargentos de artilharia, cabos condutores de artilharia, ferradores, militares para as companhias de equipagens e de subsistências (Administração Militar). Para a Infantaria, destas classes mais antigas foram apenas convocados sargentos e corneteiros, pois as praças atiradores eram de classes mais modernas, de 1913 até 1916<sup>[19]</sup>.

Em 20 de Março de 1916, o Decreto-Lei nº 2285 autorizava o Ministro da Guerra a convocar, total ou parcialmente, para preparação militar, as classes de licenciados que fossem necessárias, assim como mandava submeter a exame de juntas médicas todos os cidadãos com menos de 45 anos de idade que tivessem sido isentos do serviço militar por incapacidade física<sup>[20]</sup>. Em Agosto de 1915, já tinha sido dada amnistia aos refractários<sup>[21]</sup> portugueses que estavam ausentes de Portugal na data de promulgação desta lei, que, em Outubro, alargava a amnistia a todos os refractários<sup>[22]</sup>. Em Abril de 1916, era dada amnistia também às praças que antes do estado de guerra tinham desertado, assim como aos implicados no movimento de 25 de Janeiro a 14 de Maio de 1915<sup>[23]</sup> e, em Maio de 1916, a amnistia foi concedida também a todos os indivíduos sujeitos ao serviço militar até 10 Março último. Foram alargados os prazos para apresentação dos refractários e noutro diploma de Julho 1916 é estabelecido que estes amnistiados ficavam obrigados à prestação do serviço militar até aos 45 anos de idade<sup>[24]</sup>. A percentagem de refractários



era muito elevada e foi reduzindo pela ação de controlo mais apertado, com a colaboração da GNR e de algumas medidas legislativas envolvendo as juntas de freguesias. No ano de 1915, por exemplo, a percentagem de refractários foi cerca de 33%, correspondendo a 22.862 homens que não se apresentaram à inspeção, num universo de 70.000 homens recenseados para inspeção.



Figura 1 - Treino da infantaria em Tancos (1916) ainda sem dispor do capacete, novidade desta guerra e que seria usado no TO.

Com base no referido estudo sobre a situação do Exército, em Abril de 1916, podemos verificar que a quantidade de oficiais de todas as armas era muito insuficiente, sendo mais grave no caso de subalternos da arma de Artilharia onde faltavam 150 oficiais. Relativamente a sargentos, a situação não era tão grave, pois havendo excesso de cabos poderiam estes, com instrução intensiva, suprir as faltas de sargentos. Para colmatar a falta de oficiais e sargentos de engenharia, o estudo sugere que se recorresse a alunos das escolas civis técnicas para obter oficiais e sargentos. Nos artífices, enfermeiros

hípicos e ferradores as faltas eram muito elevadas, assim como também em condutores.

Quanto a soldados de infantaria, apenas os Regimentos de Infantaria da 1ª, 4ª e 7ª Divisões (Lisboa, Sul e Tomar) dispunham de efetivos para mobilizar, os restantes regimentos de infantaria tinham dificuldade para preencher os seus efectivos de mobilização, pois os licenciados das sete classes que existiam (1908-1019-1910-1912-1913-1914-1915) eram insuficientes. Mas mesmo a 4ª Divisão, que registava mais efetivos, não poderia apenas com os seus recursos mobilizar os seus regimentos de infantaria. A 4ª Divisão (Évora, Setúbal e Algarve) tinha um *deficit* de 1276 homens, pois o efetivo mobilizável era de 10.467 homens e o efetivo a mobilizar era de 11.928. Já a 5ª Divisão (Coimbra, Aveiro, Figueira da Foz) era a que tinha menos efetivos, tendo apenas um efetivo em licenciados de 3559 o que era muito reduzido.

## A Divisão de Instrução em Tancos

Os trabalhos de levantamento da Divisão de Instrução, a mobilizar e a concentrar em Tancos, entre Abril e Julho de 1916, começaram no final do ano de 1915, através de diversas diligências do Ministro da Guerra Norton de Matos que conduziu todo o processo de forma muito centralizada no Ministério da Guerra, como veremos seguidamente. Numa fase inicial, a Divisão de Instrução mantinha, no essencial, a estrutura orgânica da Divisão Auxiliar (Divisão Pereira d'Eça), definida em 1914<sup>[25]</sup>, mas a responsabilidade da sua mobilização deixou de ser cometida às 1ª e 7ª Divisões, sendo agora constituída basicamente por unidades da 2ª Divisão (Viseu), da 5ª Divisão (Coimbra) e da 7ª Divisão (Tomar), mas numa segunda fase (Setembro a Novembro) a sua organização foi ajustada ao modelo orgânico britânico, tendo sido mobilizada mais uma brigada de Infantaria e as correspondentes unidades de Artilharia e de Serviços de Apoio. Como veremos neste capítulo, a mobilização e a organização da Divisão de Instrução decorreu ao longo de duas fases, durante o ano de 1916. Numa primeira fase, entre Abril e Julho, e numa segunda fase, entre Setembro e Novembro. Na 1ª fase teve lugar a mobilização de uma Divisão a duas Brigadas de Infantaria (cada uma com dois Regimentos e cada Regimento a três Batalhões de Infantaria), com as restantes unidades de Artilharia, Cavalaria, Engenharia e Serviços de Apoio<sup>[26]</sup>, cuja preparação culminou em Julho com as grandes manobras em Tancos. Em resultado das reuniões entre as autoridades militares portuguesas e a comissão anglo-francesa, que chegou a Portugal no final de Agosto, foi aumentada a força da Divisão portuguesa a mobilizar, recorrendo a unidades do Norte de Portugal da 8ª Divisão (Minho)<sup>[27]</sup>:

Para o levantamento da Divisão de Instrução foi determinada uma incorporação de recrutas, em Janeiro de 1916, com vista a integrarem a Divisão de Instrução, e o Plano Geral de Instrução previsto compreendia três períodos<sup>[28]</sup>:

- Primeiro período preparatório, destinado à preparação dos quadros (graduados) de



cada unidade;

- Segundo período, com o objectivo de ministrar instrução das unidades mobilizadas;
- Terceiro período, destinado à instrução de conjunto no campo de exercícios com a duração mínima de 4 semanas: fogo de guerra, exercícios de tática aplicada (ligação entre as armas) e manobras de Divisão.

Os recrutas incorporados, entre 12 a 15 de Janeiro de 1916, para iniciar a instrução a 16 de Janeiro, constituíram o núcleo que cada uma das unidades deveria mobilizar (o plano determinava que deveriam ser criadas tantas companhias, baterias e esquadrões de recrutas quantas as que deviam ser mobilizadas), mas nesta data não existiam ainda todos os quadros nas unidades a mobilizar, pelo que não seria possível realizar completamente o 1º período de instrução previsto para os quadros (graduados). O ofício recomendava que os comandantes das unidades deveriam providenciar para que os graduados necessários se apresentassem até ao dia 3 Janeiro para estarem presentes no início da escola de recrutas a 16 de Janeiro, mas tal não foi possível na maior parte das unidades, o que prejudicou a 1ª fase da instrução dos novos recrutas, por falta de instrutores.

Para reforçar e colmatar as faltas em alguns postos (cabos e sargentos) e também de praças de algumas especialidades, foram convocados os licenciados das classes de 1912, 1913, 1914 e 1915, para as armas e serviços<sup>[29]</sup>.

Foram afixados editais de grande dimensão nas estações de caminhos de ferro, nas portas de edifícios públicos, nas câmaras municipais e juntas de paróquia, estações de correios e praças publicas, nos mercados, templos, teatros, etc., indicando os locais e as datas para a apresentação dos homens, nas seguintes unidades mobilizadoras<sup>[30]</sup>:

<b>1ª Divisão Lisboa 5 de Maio de 1916</b>	<b>2ª Divisão Viseu 5 de Maio de 1916</b>	<b>5ª Divisão Coimbra 5 de Maio de 1916</b>	<b>6ª Divisão Vila Real 14 de Maio de 1916</b>	<b>7ª Divisão Tomar 5 e 14 de Maio de 1916</b>
--------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------

<p>Regimento de Cavalaria n.º 2 Regimento de Infantaria n.º 34 7ª Companhia de Saúde 7ª Companhia de Subsistências 7ª Companhia de Equipagens</p>	<p>Regimento de Artilharia n.º 7 Regimento de Cavalaria n.º 7 2º Grupo de Metralhadoras Regimento de Infantaria n.º 9 Regimento de Infantaria n.º 12 Regimento de Infantaria n.º 14 Regimento de Infantaria n.º 34 2ª Companhia de Saúde 2ª Companhia de Subsistências 2ª Companhia de Equipagens</p>	<p>Regimento de Artilharia n.º 2 Regimento de Cavalaria n.º 8 5º Grupo de Metralhadoras Regimento de Infantaria n.º 23 Regimento de Infantaria n.º 24 Regimento de Infantaria n.º 28 Regimento de Infantaria n.º 35 2ª Companhia de Saúde 5ª Companhia de Saúde 2ª Companhia de Subsistências 5ª Companhia de Subsistências 2ª Companhia de Equipagens 5ª Companhia de Equipagens</p>	<p>6º Grupo de Metralhadoras</p>	<p>Regimento de Artilharia n.º 2 Regimento de Artilharia n.º 8 Regimento de Cavalaria n.º 2 7º Grupo de Metralhadoras Regimento de Infantaria n.º 7 Regimento de Infantaria n.º 15 Regimento de Infantaria n.º 21 Regimento de Infantaria n.º 22 7ª Companhia de Saúde 7ª Companhia de Subsistências 7ª Companhia de Equipagens</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sendo variável a duração das escolas de recrutas nas diversas armas, a chamada dos licenciados necessários para dotar as unidades ao efectivo de guerra seria feita gradualmente, e relativamente às unidades de apoio logístico (serviços), além da sua instrução, era considerado necessário o seu funcionamento na realidade para apoiarem as unidades que se iam reunir no campo de instrução, em Tancos.

Nas tropas de infantaria, a apresentação dos licenciados seria no final do 2º período de instrução (11ª semana), fase em que seria feita também a escolha dos recrutas destinados às especialidades de Serventes de Metralhadora, de sapadores e de Agentes de Ligação. Os Pelotões de Sapadores seriam constituídos no início do 3º período (12ª semana), tendo nos regimentos apenas uma instrução rudimentar, que era depois completada em Tancos. De igual modo, os Agentes de Ligação seriam organizados em

grupos para a sua instrução de acordo com as recentes “Instruções para Agentes de Ligação de Infantaria”. As unidades de metralhadoras deveriam receber no fim da 11ª semana (no final do 2º período) os recrutas que lhe eram destinados e a sua instrução começava a 3 de Abril, sendo que neste caso os quadros deveriam apresentar-se em 10 de Março. Na Artilharia, os licenciados apresentaram-se no fim da 10ª semana (no final do 1º período) e na Cavalaria, o 2º período de instrução deveria estar concluído no fim da 18ª semana (21 de Maio) para depois marcharem para Tancos, conforme o seguinte calendário:

<b>Convocação de Licenciados</b>		<b>Chegada a Tancos</b>
Batalhões de Infantaria	2 de Abril (final do 2º período de instrução)	Entre 20 a 30 de Abril
Baterias de Metralhadoras	15 de Maio	Entre 28 a 31 de Maio
Cavalaria	21 de Maio (final da 18ª semana)	Entre 28 a 31 de Maio
Artilharia	Convocação de especialistas - 26 de Março (final do 1º período)	Convocação de Licenciados para os Grupos de Baterias em 30 Abril (final do 2º período) e para Colunas Munições a 28 Maio)
Engenharia	2 de Abril	Os Grupos de Baterias entre 21 a 30 de Maio. As colunas de munições após 4 Junho
Companhia Sapadores Mineiros		30 de Abril
Secção de Projectores		14 de Maio

Secções de Telegrafistas	2 de Abril	28 de Maio
Secção Ligeira de Pontes		
Trem de Eng. <sup>a</sup> Divisionária	4 de Junho	4 de Junho
Formações Sanitárias	2 de Abril	Entre 18 e 25 Abril
Formações Administrativas	26 de Março	12 de Abril
Rebanho de abastecimentos	16 de Abril	28 de Abril
Escalão de Viveres		
Serviço de Etapes		12 de Abril

Foi distribuída a cada militar mobilizado uma placa de identidade, de acordo com o estabelecido no novo Regulamento de Mobilização em vigor<sup>[31]</sup>. Para desencorajar a fuga ao serviço militar foi decretado, em Abril 1916, que todos os crimes previstos no Código de Justiça Militar cometidos após o dia 12 de Março (na sequência da Declaração de Guerra pela Alemanha a Portugal), em especial o crime de deserção, seriam considerados cometidos em tempo de guerra, tendo por isso penas mais severas<sup>[32]</sup>. A Lei nº 2305, de 30 Março de 1916, proibia a saída para estrangeiro de cidadãos portugueses com idades entre os 16 e os 45 anos: *“Enquanto durar o estado de guerra não poderá ser concedida licença a nenhum cidadão português com mais de 16 anos e menos de 45 para sair do território da República e seus domínios para o estrangeiro”*<sup>[33]</sup>. Mesmo para os oficiais de carreira foi suspensa a passagem à reforma enquanto durasse o estado de guerra, sendo suspensas as disposições legais em vigor de passagem à situação de reforma aos oficiais com a idade de 70 ou 75 anos<sup>[34]</sup>.

O Decreto nº 2407, de 24 de Maio de 1916, definia que todos os indivíduos entre os 20 e os 45 anos de idade que não tivessem sido recenseados para o serviço militar por qualquer motivo, o deveriam fazer até ao dia 15 de Julho seguinte, estabelecendo que as Comissões de Recenseamento Militar dos concelhos ou bairros deveriam organizar os recenseamentos dos anos entre 1891 e 1915. Em Outubro, foi prorrogado por mais oito meses o prazo para o recenseamento dos homens<sup>[35]</sup> que ainda não o tivessem feito e, neste esforço legislativo para a mobilização de pessoal, surge também a polémica pena

de morte através do Decreto nº 2867, de 30 Novembro 1916, que decretou a pena de morte para militares ou civis em caso de guerra com país estrangeiro e apenas no teatro de guerra.

Durante o ano de 1916, o Ministro da Guerra, general Norton de Matos, promoveu diversas ações de propaganda junto dos militares e da população, nas quais eram explicadas as razões da intervenção de Portugal na guerra na Europa. O primeiro comício de propaganda patriótica aconteceu em Évora (Abril), seguido de um outro na Batalha (15 de Agosto) e outro em Coimbra (Outubro).

Através do Decreto nº 2352, de 20 Abril 1916, era estabelecida a censura de correspondência entre Portugal e o estrangeiro nas estações centrais de correios de Lisboa e Porto, mantendo também a censura à telegrafia internacional. Em Julho de 1916, foram tomadas medidas para garantir a ordem pública nas estações de caminhos de ferro durante os embarques das unidades. Uma circular da Secretaria da Guerra determinava que os comandantes das forças, a embarcar, facultassem às praças a oportunidade de se despedirem das famílias antes de entrarem no edifício da estação e não sendo permitida a entrada do público, na hora do embarque.

## **A mobilização de solípedes**

A mobilização do pessoal foi acompanhada por um esforço notável para reunir os solípedes e os diversos equipamentos para a Divisão de Instrução, procurando ultrapassar enormes dificuldades perante a falta de instalações em muitos dos quartéis (casernas para pessoal, cavalaria e depósitos de material) e na ausência de viaturas hipomóveis e de rodas, fardamento, material de guerra, barracas e ainda a dificuldade de levantar uma estrutura capaz de transportar e armazenar géneros, confeccionar alimentação, fornecer água (potável e para banhos) e garantir assistência sanitária às forças a concentrar em Tancos.

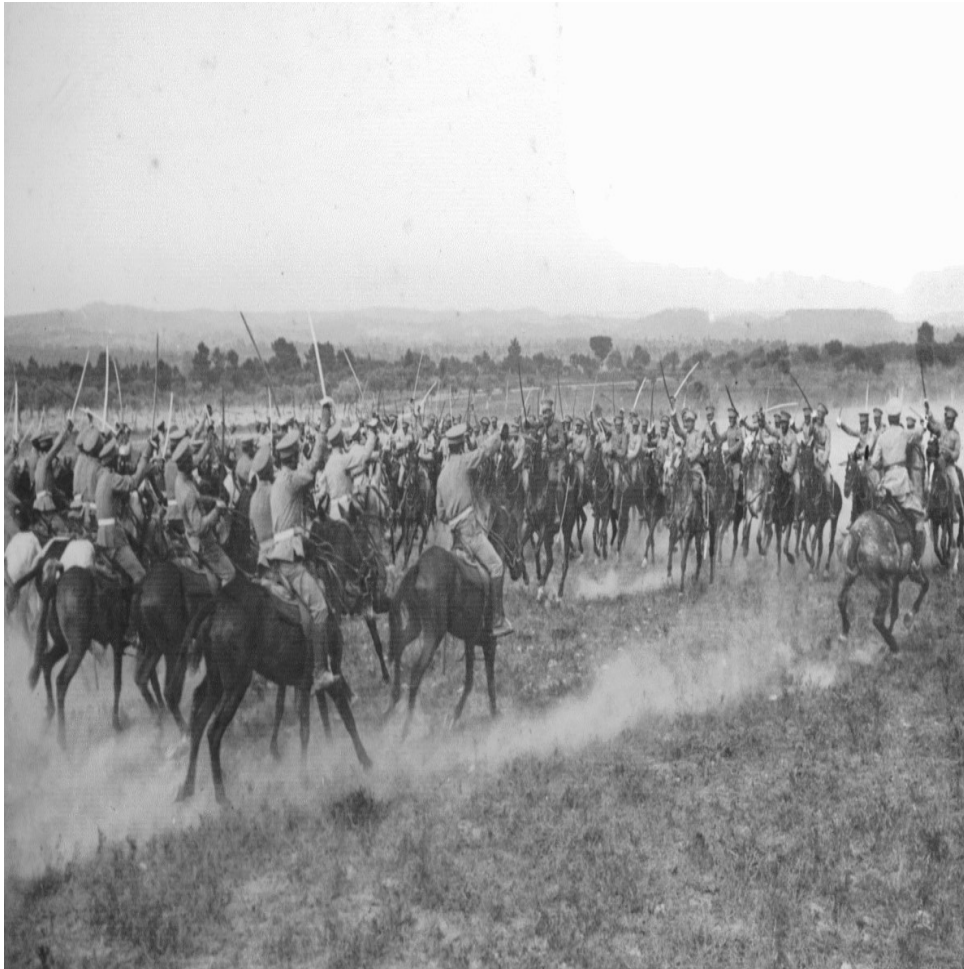


Figura 2 - Treino da Cavalaria em Tancos (1916). No TO em França em 1917 a unidade de Cavalaria foi transformada num Grupo de Ciclistas.

Das primeiras resoluções tomadas, logo em 4 Dezembro 1915<sup>[36]</sup>, destacamos, relativamente aos animais, que o Ministério da Guerra mandava proceder com urgência, nas unidades da 2<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> Divisões, aos trabalhos para alojamento de solípedes que deveriam ser destinados a estas unidades para se completarem os seus efectivos de mobilização, referindo que estavam para chegar a Lisboa um conjunto de solípedes adquiridos na Argentina. Neste sentido, era determinado que fosse avaliada a quantidade de homens que cada classe de licenciados da arma de cavalaria podia fornecer para se convocarem as classes necessárias para o trato e instrução de solípedes. Era atribuída grande prioridade na aquisição dos solípedes necessários para constituir a Divisão, tendo em atenção não desfalcar as unidades de solípedes que faziam falta para a escola de recrutas que iria começar em Janeiro<sup>[37]</sup>.

Relativamente aos animais, o regulamento de mobilização definia as normas sobre o recenseamento dos solípedes (de proprietários civis) existentes em cada distrito que podiam ser requisitados, editais para avisar os proprietários, os alojamentos a ocupar na



reunião dos solípedes e sua alimentação durante o trajecto para se apresentarem ao exército, sendo também abrangidas as viaturas com registo nas freguesias, estabelecendo uma classificação a considerar no registo de solípedes, em dez classes, consoante o perfil dos animais (raça, dimensões), que ia desde a 1ª classe (cavalos ou éguas com altura mínima de 1,5 m, destinados a montadas de generais e para artilharia a cavalo), passando pela 5ª classe (muars para rebocar viaturas e artilharia) até à 10ª classe que eram os cavalos, éguas e muars incapazes para o serviço militar. Foram criadas comissões de requisição de animais e veículos para o exército e normas para o deslocamento dos animais até aos destinos (centros de mobilização de solípedes) - Ver quadro seguinte:

<b>Circunscrição</b>	<b>Solípedes de requisição</b>	<b>Centros de mobilização de solípedes</b>
1ª Lisboa	11.450	Lisboa, Coruche e Vendas Novas
2ª Viseu	4.035	Viseu, Nelas, Lamego, Guarda, Mangualde, Torres Novas, Entroncamento e Santarém
3ª Porto	1.721	Porto, Penafiel, Leiria, Alcobaça e Caldas da Rainha
4ª Évora	21.530	Évora, Estremoz, Vendas Novas, Coruche, Beja, Portimão e Tavira
5ª Coimbra	3.194	Coimbra, Aveiro, Águeda, Figueira da Foz e Alcobaça
6ª Vila Real	4.448	Vila Real, Mirandela, Chaves, Alijó, Macedo de Cavaleiros, Amarante e Tomar
7ª Tomar	7.254	Tomar, Leiria, Castelo Branco, Portalegre, Abrantes, Elvas, Torres Novas, Tancos e Santarém
8ª Braga	3.057	Braga, Viana do Castelo, Valença, Guimarães, Porto, Golegã, Entroncamento, Santarém e Tancos

De acordo com o regulamento de mobilização, foram elaborados os mapas de existências de solípedes por classes, dos quais adaptamos as quantidades totais de cada uma das

classes operacionais (da 1ª à 8ª classe de solípedes), conforme se apresenta na tabela seguinte<sup>[38]</sup>:

<b>Classes</b>	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
<b>Quantidades</b>	2963	3776	4124	6945	8739	3804	9371	16977

Neste âmbito, o Ministro da Guerra determinou, logo em Fevereiro de 1916, uma organização dos registos no Serviço de Veterinária do Exército para uma melhor atualização do estado clínico dos solípedes das unidades. Foi criado, em 1916, o Hospital Veterinário Militar e o Depósito Geral de Material Veterinário, justificando-se esta medida, com urgência, para servir de escola ao pessoal do serviço veterinário, escola preparatória aos oficiais milicianos e ao tratamento de solípedes<sup>[39]</sup>, sendo ainda reorganizado o Serviço de Remonta do Exército.

O Exército acabou por mobilizar, para França, 7783 solípedes, quantidade que correspondia ao quadro orgânico da Divisão Auxiliar de 1914, mas que representava apenas cerca de 60 % do necessário para a Divisão Reforçada (apenas uma Divisão e mais a Base) que contemplava 11721 solípedes<sup>[40]</sup>:

<b>Cavalos enviados de Portugal (via marítima)</b>	<b>Fornecidos pelos depósitos de remonta ingleses (total 1472)</b>	
	<b>Solípedes</b>	<b>Muares</b>
7783	1917: 151	1917: 1208
	1918: 37	1918: 76

Tendo por base o Quadro Orgânico da Divisão Auxiliar, podemos verificar a necessidade de solípedes para guarnecer uma Divisão (a 2 Brigadas) que contemplava 7211 solípedes (2270 de sela, 4798 de tiro e 143 de transporte a dorso), distribuídos da seguinte forma:

<b>Unidade</b>		<b>Solípedes</b>
Quartel General da Divisão		145
1ª Brigada de Infantaria	QG	15
	1º Regimento	212
	2º Regimento	212
	Grupo de Metralhadoras	77
2ª Brigada de Infantaria	QG	15
	1º Regimento	212
	2º Regimento	212
	Grupo de Metralhadoras	77
Grupos de Artilharia de Campanha Peças 7,5 cm	1º Grupo de Artilharia	476
	2º Grupo de Artilharia	476
	3º Grupo de Artilharia	476
	4º Grupo de Artilharia	476
Bateria de Obuses		127
Grupos de Metralhadoras Divisionários	1º Grupo	104
	2º Grupo	104
Regimento de Cavalaria		770
Coluna de Munições		1395
Companhia Sapadores Mineiros		63
Secção de Telegrafistas de campanha		48

Secção de Telegrafia sem fios	20
Secção de Projectores	-
Secção Divisionária de Pontes	84
Secção Automóvel	-
Formações Sanitárias	
Ambulâncias (5)	160
Colunas de transporte de feridos (2)	106
Colunas de hospitalização (3)	91
Secção de Higiene e Bacteriologia	6
Trem de Engenharia Divisionário	-
Trem de Bagagens e Víveres Divisionário	93
Parque de Reabastecimento e viveres	833
Depósitos iniciais de pessoal da Base de Operações	30
<b>Total</b>	<b>7211</b>

## As dificuldades logísticas

O processo de levantamento da Divisão de Instrução decorreu de uma forma muito centralizada ao nível do Ministério da Guerra. Foram tomadas medidas para realizar requisições militares criando uma repartição para tratar destes assuntos, directamente dependente do Ministro: *“Enquanto durar o estado de guerra, pode o direito de requisição militar em tempo de guerra ser exercido sobre todo o território português, independentemente da mobilização geral em conformidade com o regulamento para o serviço de requisições militares, aprovado pelo Decreto de 26 Agosto 1913”* <sup>[41]</sup>. A Lei nº 493, de 12 Março 1916, autorizava o governo a mobilizar qualquer indústria, apossando-

se das respetivas instalações.

O ministro da guerra procurou sempre manter um controlo apertado no processo, como se verifica através das diversas diligências que pela sua natureza não justificariam a sua apresentação para despacho aquele nível, como, por exemplo, o pedido de dez latas de petróleo para Tancos, feito pelo Comando da Divisão de Instrução (13 de Abril de 1916) ao Gabinete do Ministro, a necessidade de mais carvão na Escola de Aplicação de Engenharia (Tancos) para o motor de elevar a água (Nota de 19 de Abril), assim como a requisição de açúcar para a Divisão de Instrução<sup>[42]</sup>, obrigando o ministro a assumir a prioridade de fornecimento à Divisão de Instrução em detrimento das restantes unidades.

Apesar do elevado esforço para regulamentar todas as operações logísticas com muito detalhe, na prática, o apoio logístico foi sempre muito deficiente, quer pela natureza dos artigos quer pela incapacidade de planeamento e de ligação entre os diversos organismos. Sobre a mobilização dos materiais foram definidos os depósitos vocacionados para reunir as diversas categorias de equipamentos, desde material de guerra, material sanitário, veterinário, manutenção militar, fardamento, material de aquartelamento, etc.. O Regulamento de Mobilização, previa que os Distritos de Recrutamento publicassem também os editais relativamente aos avisos para os proprietários apresentarem víveres e forragens que lhes fossem requisitados, e foram criadas “comissões de compra e de requisição” para realizar a compra ou a requisição de artigos (víveres, forragens). O mesmo regulamento previa também a requisição de viaturas hipomóveis, em caso de necessidade, sendo também, neste caso, as freguesias, através da ordem dos regedores a cada proprietário, mas estas entidades nada podiam fazer, se na realidade nem o exército nem a sociedade civil dispunham de meios.

As unidades deveriam preparar arrecadações para armazenar material de toda a espécie, completar as dotações de fardamento e de subsistências para a Divisão e reservas, e adquirir, com urgência, arame farpado para a instrução para não desfalcar a dotação fixada para a Divisão. Era determinado que às tropas da Divisão de Instrução, em Tancos, que fosse dada a ração de campanha regulamentar, incluindo tabaco. Relativamente a instalações, além de um vasto conjunto e obras realizadas com grande urgência em muitos quartéis em todo o país (casernas, depósitos e cavaleriças) foi realizado grande esforço notável para criar infraestruturas (armazéns e casernas), no Entroncamento e em Tancos. Em Dezembro de 1915<sup>[43]</sup>, foi dada ordem para activar a conclusão de casernas na Escola de Aplicação de Engenharia e de depósitos no Entroncamento.

A Nota do Comandante da 2ª Divisão (Viseu), de 5 Abril 1916, para o Gabinete do Ministro da Guerra, dava conta que construção de casernas no quartel do Regimento de Infantaria nº 14 (Viseu), destinadas a alojar companhias de instrução, e o edifício para parque de viaturas e cavaleriças para um batalhão no quartel Regimento de Infantaria nº 12, na Guarda, e as cavaleriças do Regimento de Artilharia nº 7 (Viseu) estavam atrasadas devido ao mau tempo. O Comandante da 2ª Divisão (Viseu) solicitava, não estando as obras concluídas em tempo, a requisição de outros espaços na cidade, como o teatro e associações, e que ainda não tinham chegado diversos materiais (destacando os artigos de fardamento), dando conta da impossibilidade de convocar os licenciados para

os ter prontos a 15 Abril 1916, como foi determinado. A nota do QG da 2ª Divisão referia que o Regimento de Infantaria nº 12 (Guarda) ainda não podia receber viaturas porque não tinha o parque pronto, e que o Regimento de Infantaria nº 9 (Lamego) podia receber viaturas, mas não podia receber o restante material enquanto não lhe for cedido o antigo paço episcopal. Esta solicitação do comando da Região Militar de Viseu acabou por ser autorizada, sendo feita a requisição de alojamento em Viseu para duas companhias; também em Lamego, a cedência do paço episcopal para alojar pessoal e animal. No Regimento de Artilharia nº 7 (Viseu), o comandante da 2ª Divisão propunha que, dada a urgência para a reparação das mangedouras, para a construção de um picadeiro e para a construção de um barracão para a enfermaria veterinária, fossem dispensadas as formalidades legais para a adjudicação da construção, para poder, em tempo, receber os solípedes em três fases (uma no final de abril e duas em maio).

O comando da Escola de Aplicação de Engenharia envia uma Nota, em 6 Abril 1916, dando conta da dificuldade de realizar, em tempo, trabalhos para instalar a Divisão de Instrução. Considera a possibilidade de trabalharem de noite, mas faltam luzes e pessoal e propõe procurar, no Norte, operários (especialmente serralheiros) para virem reforçar os trabalhos de preparação do campo. Em 21 de Dezembro de 1915, eram dadas novas ordens relativas à Manutenção Militar, para este órgão fazer o abastecimento de víveres e reunir todos os géneros alimentares no Entroncamento; que a cada militar fosse distribuído um cobertor de lã e que o abastecimento de forragens fosse regulado pelas mesmas regras dos víveres. Sobre a alimentação, era definido que, para o fabrico de pão, a Manutenção Militar deveria reservar um milhão de quilos de trigo, que o chouriço seria unicamente feito com carne de porco e que era necessário assegurar capacidade de armazenamento no Entroncamento. Foi dada indicação para se adquirirem a quantidade de barracas de lona necessária à instalação das tropas em Tancos e resolver a falta de cotim para as fardas, devendo ser adquirido no mercado nacional. Prevendo a necessidade de movimentos intensos na região de Tancos, o Ministério da Guerra também solicitou ao Ministério do Fomento a reparação de estradas entre o Entroncamento-Barquinha-Tancos-Abrantes para estarem operacionais em Abril, quando estava previsto o início da chegada de forças para instrução.





Figura 3 - Abastecimentos durante os exercícios em Tancos (1916).

Uma Nota de 15 de Abril, da Divisão de Instrução para a Secretaria da Guerra, tratava da construção de um barracão para ser matadouro junto a Barquinha, pois os matadouros municipais da Golegã e Barquinha não tinham capacidade para abater mais do que vinte rezes bovinas, quantidade insignificante para a Divisão de Instrução.

O acampamento das unidades em Tancos deu origem à celebre cidade de “paulona,” assim batizada pelos militares por causa das barracas de pau e de lona, alinhadas naquele gigantesco bivaque de 68 hectares. Dando apenas a dimensão dos Regimentos de Infantaria, podemos ter a noção do que era o acampamento de quatro Regimentos de Infantaria (cada um a três Batalhões) com o pessoal alojado em barracas de lona. O gado, o material e as cozinhas estiveram em abrigos de madeira. As barracas para oficiais tinham uma área de  $3 \times 3 \text{ m} = 9 \text{ m}^2$  (três oficiais por barraca) e para as praças, o modelo de barraca tinha uma área de  $6 \times 4,5 \text{ m} = 27 \text{ m}^2$  (14 a 16 homens por cada barraca). No total, só para os regimentos de infantaria existiam no acampamento 864 barracas (144 pelotões de quatro regimentos:  $6 \times 144 = 864$ ).

Vejamos, a título de curiosidade, os efetivos e as respetivas necessidades de rações de reserva, fardamento e munições (apenas para o armamento individual de base) no caso dos Regimentos de Infantaria, constituídos por três Batalhões como estavam organizado em Tancos:

	<b>Homens</b>	<b>Solipedes</b>	<b>Viaturas</b>
Estado-Maior do Regimento de Infantaria	6 oficiais 43 sarg e praças	10	2
Estado-Maior de um Batalhão de Infantaria	7 oficiais 42 sarg e praças	34	12
Uma Companhia	4 oficiais 257 sarg e praças	7	2[1]
Um Batalhão (Estado-Maior e 4 Companhias)	23 oficiais 1070 sarg e praças	72	20
Um Regimento Infantaria (Estado-Maior e 3 Batalhões)	75 oficiais 3253 sarg e praças	54 +172	50+12
Total do Regimento Infantaria	3328 militares	226	62

O relatório de uma inspeção realizada, em 12 e 13 de Junho de 1916, refere que o principal canal de abastecimentos ligava o Entroncamento (onde estavam os depósitos) aos locais de distribuição no acampamento, através de viaturas (*camions*) automóveis. Foi criado um parque de rezes com 300 bois e 1500 carneiros, reunidos na Quinta da Cardiga que foi alugada pelo Exército. O gado era abatido diariamente na Barquinha (onde deveriam estar sempre 50 bois e 400 carneiros, efectivo que correspondia ao consumo diário das tropas em Tancos).

O abastecimento de água foi um dos maiores desafios. Uma parte da água potável era obtida nas nascentes locais (Seival), sendo elevada com motores a vapor para um depósito de cimento armado (capacidade 230 m<sup>3</sup>) e dali era canalizada para diversas fontes de torneiras junto dos regimentos de infantaria e das unidades de metralhadoras. Outras unidades usavam uma antiga canalização que existia desde a nascente do Loreto e existiam ainda alguns poços. O gado das unidades de Artilharia ia beber ao rio Tejo e o gado das unidades de Cavalaria bebia no rio Zêzere. Para as lavagens e banhos, a água vinha de outra canalização, de depósitos de cimento existentes no alto de D. Luís que

eram abastecidos pelo rio Zêzere, através de um motor a gasolina que elevava a água. Foram instalados chuveiros de banho e foi criada uma zona de banhos junto ao rio Tejo, no qual podiam tomar banho todos os dias, dois (2) Batalhões. Sobre o estado sanitário, foi feita uma boa avaliação geral, pois quando foi realizada a visita, em 12 e 13 de Junho, havia apenas 150 doentes, o que representava cerca de 1% do efetivo total. O relatório refere que os serviços tinham conseguido resolver um surto de sarampo e alguns casos de parotidite e que havia capacidade para 1000 doentes, com bons materiais nas ambulâncias e enfermarias.

Após o gigantesco esforço realizado até Agosto, que nunca conseguiu dotar as unidades a 100% de equipamentos, a 2ª fase teve ainda maiores dificuldades, como testemunha o pedido, ainda em Novembro, de mil pares de botas para as tropas mobilizadas pela 8ª Divisão de Braga (3ª Brigada de Infantaria a dois regimentos, artilharia e unidade de saúde), a que já nos referimos. Apesar de estar planeada a chegada deste contingente a Tancos em Setembro, estas unidades chegaram apenas no início de Outubro (entre 1 e 11).

Apesar do empenhamento das autoridades, nunca foi possível resolver alguns problemas sobre a falta de solípedes, viaturas e artigos de fardamento. Relativamente a viaturas, registaram-se muitas faltas, mesmo no momento do embarque em 1917, principalmente ao nível das viaturas hipomóveis de transporte de munições para a artilharia, viaturas automóveis, viaturas para transporte de feridos, viaturas de transporte de munições de armas ligeiras e de transporte de material diverso. Ao nível do fardamento, registaram-se problemas, principalmente porque as botas não eram apropriadas para a lama, os abafos era pobres (um capote de tecido de lã e duas mantas), não havia nenhum impermeável e a dotação não permitia uma adequada muda de roupa, tendo apenas dois pares de cada artigo singular.

## **A instrução: dos Planos à realidade**

O modelo de serviço militar criado pela República reduziu, em muito, o tempo do serviço militar, tendo em vista fazer passar pelas fileiras grande parte dos homens, mas durante o tempo estritamente necessário, sendo apenas de quinze a trinta semanas (quatro a oito meses), conforme as especialidades. Em Outubro de 1915, foi dada ordem para formar rapidamente oficiais milicianos, através das escolas preparatórias de oficiais milicianos, a funcionar entre 8 Novembro de 1915 e 2 Janeiro de 1916, convocando inicialmente os sargentos que possuíam o 5º ano dos liceus ou equivalente. A circular da Secretaria da Guerra determinava que esses cursos deveriam funcionar nas seguintes unidades, conforme a arma ou serviço: para formar oficiais milicianos de Infantaria: em Lisboa, no Regimento de Infantaria nº 2, no Porto, no Regimento de Infantaria nº 6, e em Coimbra, no Regimento de Infantaria nº 35; para Cavalaria, era em Torres Novas (Escola de Equitação); para o Serviço de Saúde, era nos Hospitais Militares de Lisboa e do Porto; e para o Serviço Veterinário, em Torres Novas. Logo em Março, o governo determinou um reforço de verbas ao Ministério da Guerra para a realização das Escolas de Repetição e

para os serviços de saúde e de veterinária<sup>[44]</sup>.

Posteriormente, em Maio de 1916, era ampliada a estrutura para ministrar formação a oficiais milicianos, criando mais escolas e estabelecendo que os cursos (Escola Preparatória de Oficiais Milicianos) tinham a duração de seis semanas, com oito horas de instrução diárias, e que deveriam funcionar sem cessar, enquanto durasse o estado de guerra. Através deste Decreto nº 2367, de 4 Maio 1916, era criada, em Lisboa, uma Escola Preparatória de oficiais milicianos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia de Campanha, Pioneiros e Administração Militar<sup>[45]</sup>. No Porto e em Coimbra, continuavam a funcionar as duas escolas referidas e, em Lisboa, continuava outra escola para oficiais milicianos de Artilharia de Guarnição, Telegrafistas e Caminhos de Ferro e, além desta, para formar oficiais milicianos de Artilharia de Costa era criada, no campo entrincheirado de Lisboa, num dos batalhões de Artilharia de Costa, medida que visava reforçar a defesa do Porto de Lisboa, que foi organizada em articulação com a Marinha de Guerra. Foi criada a Escola de Aplicação de Administração Militar, para ministrar instrução aos oficiais e tropas deste serviço e para realização das escolas preparatórias dos oficiais milicianos deste serviço<sup>[46]</sup>. Os médicos, os veterinários e os farmacêuticos milicianos, estavam dispensados de frequentar as escolas preparatórias, sendo promovidos a alferes e logo colocados nos hospitais militares de 1ª classe (em Lisboa e no Porto), onde teriam um período de formação também durante seis semanas, modelo que foi depois ajustado em Julho quando, perante a organização da Divisão de Instrução em Tancos, se considerou necessário acelerar a instrução dos alferes médicos milicianos, sendo definido que essa formação seria dada mesmo durante a instrução da Divisão em Tancos e que seria considerada equivalente à ministrada nos hospitais militares de Lisboa e do Porto<sup>[47]</sup>.

## Os exercícios em Tancos

O plano de instrução a seguir pela Divisão de Instrução, em Tancos, foi definido pelas Normais Gerais de Instrução<sup>[48]</sup>, organizadas pelo então major Roberto da Cunha Batista, Chefe do Estado-Maior da Divisão, que estabelecia três tipos de manobras a exercitar:

Os Exercícios de Marcha, os Estacionamentos e o Combate (Aproximação, Ataque e Defesa). Relativamente à Instrução de Cavalaria, a decorrer em Junho e Julho, a mesma deveria começar pela instrução aos Esquadrões, depois o exercício de Grupos de Esquadrões, seguindo-se os exercícios de Grupo integrando um grande Destacamento Misto, culminando com um exercício ao nível Regimento, atuando como Força de Segurança da Divisão. Para a Infantaria, os exercícios de Companhia seriam até 20 de Maio e os de Bateria de Metralhadoras até 17 Junho. A instrução de Companhia deveria contemplar exercícios de Marcha e Estacionamento (proteção em marcha como guarda avançada de flanco ou de retaguarda), de Evolução (desenvolvimento para formação de combate, marchas de aproximação), e de Combate (ofensivo e defensivo). No âmbito da ofensiva, seriam exercitados a execução de lanços, de assaltos e organização da posição ocupada. No âmbito da defensiva (organização defensiva do sector ocupado, preparação

do campo de tiro, referenciação, retirada, retornos ofensivos). Eram ainda trabalhadas situações de ataque e de defesa de pontos de apoio (povoações, quintas e bosques). Era destacada a importância para a formação de recrutas de metralhadoras, de sapadores e de agentes de ligação de infantaria, conforme o plano aprovado pela Divisão de Instrução.

Nas unidades de Infantaria foi ministrada instrução do emprego de metralhadoras, reabastecimento de munições, substituição de pessoal, sendo dada importância à utilização da ferramenta portátil modelo M/909 para construção de trincheiras e de abrigos (designados por trabalhos de sapa), limpeza de campos tiro, utilização de sacos de areia, construção de abrigos para atirador deitado, sentado, de joelhos e de pé, construção de abrigos, construção de defesas acessórias (redes de fio ferro, abatases e revestimento de parapeitos). Na instrução da especialidade de Metralhadoras era ministrada instrução sobre o uso da ferramenta portátil modelo M/909 para trabalhos de limpeza de campos tiro, utilização de sacos de terra e construção de abrigos para metralhadora. O plano de instrução para a Divisão contemplava já medidas para impedir ou reduzir a observação aérea, através da dissimulação das formações nas estradas e fora das estradas, nos estacionamento, nos acantonamentos e em combate. A preparação dos Agentes de Ligação entre as armas dava especial importância à ligação entre a Infantaria e a Artilharia, referindo a necessidade de uma estreita ligação entre o comando da artilharia com a força de manobra e que comandante de Grupo ou de Bateria deveriam ficar diretamente subordinados ao comandante da unidade de Infantaria para a missão. Após a instrução ao nível Companhia, seriam realizados os exercícios de escalão Batalhão, entre 3 e 17 Junho. Em relação à instrução de Sapadores Mineiros era definido um primeiro período, de 22 a 28 Maio, incluindo trabalhos em Bivaque, Fortificação (abrigos, trincheiras de combate e de reserva, trincheiras de comunicação, abrigos para metralhadoras), Minas (minas subterrâneas, poços e galerias) e vias de comunicação. De 29 Maio a 4 Junho, a instrução deveria contemplar a construção de abrigos, latrinas, construção de bebedouros, instalação de artilharia, abrigos para munições e minas subterrâneas. De 5 a 11 Junho, deveria continuar a instrução anterior sendo ministrada também formação em destruições por meio de explosivos, pontes improvisadas, organização defensiva e destruição de pontes.

A instrução aos militares do serviço de saúde, definida já em finais de Maio e Junho de 1916, contemplava a busca de feridos no campo de batalha, primeiros curativos, cuidados no levantamento e transporte de feridos, transporte de feridos em macas e a cavalo, carregamento de material sanitário, escolha do local do Posto de Socorros (instalação e funcionamento de um Posto de Socorros), purificação de água pelos processos de campanha, distribuição de pessoal e de material sanitário de um Regimento de Infantaria a três (3) Postos de Socorros. A instrução de Sapadores de Infantaria decorria aos Pelotões de Sapadores, de 5 a 10 Junho, com a construção de trincheiras de combate, de reserva e de comunicação, depois, no período entre 12 a 17 Junho, a construção e transposição de defesas acessórias, destruição e reparação de estradas e caminhos, e de 19 a 24 de Junho, o estabelecimento de pontes, pontões e passadiços improvisados, construção de jangadas e passagem de cursos de água. A instrução de projetores a decorrer em Junho, incluía o transporte, carregamento e instalação do material,

exercícios de aplicação dos aparelhos no ataque e na defesa das posições, construção de observatórios e exercícios de operar com os projetores.

A instrução de condutores (de solípedes) decorria em Junho, contemplando a utilização de arreios e material de parque, a condução de cangas a dorso, exercícios de marcha, embarque e desembarque em caminhos-de-ferro e em transportes fluviais, nós e ligações, pontes improvisadas, manobras de força e transporte de cargas. O Serviço Telegráfico teria instrução de 5 a 24 Junho, praticando a instalação de linhas permanentes, cabo e fio, operando com aparelhos ópticos, lanternas, bandeiras e guarnecer estações telegráficas e telefónicas.

A instrução ao nível dos Regimentos de Infantaria decorria de 26 de junho a 1 de Julho, contemplando manobras de acção simples, de marcha e execução de ataque, de acção simples de combate defensivo (ocupação e defesa de sector postos avançados de combate), acção dupla defensiva (contra ataque e ocupação de posições em guarda de retaguarda e execução de contra ataques pelo Batalhão em 2º escalão) e na ofensiva (movimento envolvente e cobertura em guarda avançada). Depois de exercitar o escalão Regimento teriam lugar exercícios de Agrupamento, promovendo a estreita ligação entre diversas unidades e armas, especialmente com a Artilharia, no planeamento dos objectivos sucessivos da artilharia. Para a realização dos exercícios foi determinado que na margem esquerda (sul) do Tejo seria a zona de fogos de guerra (fogo real) de artilharia. Para a Artilharia, o plano de instrução das Baterias previa a marcha para o inimigo, o reconhecimento e mudança de posições e entrada em combate. No combate ofensivo, treinar o apoio de uma coluna de infantaria no avanço e na preparação do assalto. No combate defensivo, treinar cada Bateria adstrita a um regimento de Infantaria a reforçar os seus pontos mais ameaçados, nos flancos, em contra-ataque, rotura de combate, marcha de retirada. etc..

## **A avaliação negativa**

A avaliação feita pelo major Roberto Baptista, Chefe do Estado-Maior da Divisão de Instrução, em Maio de 1916<sup>[49]</sup>, revela o estado de desorganização das unidades, apontado que muitas não tinham completado a mobilização nos seus centros de mobilização vindo fazê-lo em Tancos, destaca a falta material de acampamento (macas, camas de campanha, cobertores e lonas) e a instrução deficiente com que se apresentaram, devido à falta graduada. A inspeção realizada pelo Comandante da Artilharia, coronel Abel Hipólito, aos Grupos de Artilharia nºs 2, 7 e 8, destaca que estes ainda estavam nos seus quartéis e que a instrução das baterias estava atrasada, devido à falta de pessoal instrutor, animais e materiais<sup>[50]</sup>. A falta de instrutores dificultava a instrução das especialidades de apontadores, esclarecedores e telegrafistas e que a instrução não tinha sido bem dada, por falta de pessoal habilitado. Nem o Regimento de Artilharia nº 2 nem o Regimento de Artilharia nº 7 tinham sargentos telefonistas, pois estes foram transferidos para o Regimento de Artilharia de Montanha. As escolas de sargentos não funcionaram no Regimento de Artilharia nº 2 por não haver graduados competentes para a dirigir e no



Regimento de Artilharia nº 7 e no Regimento de Artilharia nº 8 funcionaram, mas com pouca qualidade. Com base nesta revista, o Comandante da Artilharia fez diversas propostas, abdicando de rigor a favor da urgência, como as promoções dos aspirantes da escola de guerra do curso de artilharia de campanha, a transferência de oficiais subalternos de outras unidades que não estivessem mobilizadas, autorizar a classificação de soldados em apontadores (cabos) sem irem à Escola de Tiro de Vendas Novas para fazer os cursos para cabos e pedia urgência para a inspecção dos telégrafos militares habilitarem rapidamente sargentos telefonistas.

Em algumas unidades registavam-se casos em que a ordem de mobilização para Tancos coincidia com outra ordem de mobilização para Moçambique, o que provocou enormes dificuldades e atrasos. A intervenção directa do Ministro da Guerra foi muitas vezes necessária para resolver problemas, como aconteceu no caso do Regimento de Infantaria nº 9 (Lamego) que pediu dispensa do pagamento da taxa de armazenamento na estação da Régua, relativamente ao armazenamento de forragens (aveia, fava, milho e palha) destinada à alimentação de solípedes<sup>[51]</sup>. O Diretor dos Caminhos de Ferros do Minho e Douro não dispensava este pagamento e teve que ser o pedido do Ministério da Guerra ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (em 21 de Maio de 1916) a obter a resposta da Administração dos Caminhos-de-Ferro do Estado, dispensando esse pagamento, referindo que as forragens podiam até seguir de imediato para Tancos, se não fossem necessárias em Lamego.

O Relatório da Comissão Técnica da Arma de Infantaria, feito após a visita a Tancos, revela-nos uma avaliação negativa sobre os procedimentos táticos ao nível colectivo. Critica os exercícios na ofensiva, a forma como as unidades avançaram de modo pouco organizado “em bando” e não em pequenos grupos. Refere que o papel dos sargentos nos exercícios foi nulo, mantendo uma atitude passiva sem dirigir uma patrulha ou comando de um posto e que os oficiais durante as marchas não observaram estado dos soldados. O relatório critica o tema do exercício que não respeita o Regulamento de Instrução de Tática de Infantaria.

Aponta a desorganização registada na ocupação da posição defensiva: posições com muitos militares (excessiva densidade três homens por metro corrente). Não tinham patrulhas de segurança, com postos de observação. Aponta que as tropas não estavam suficientemente municadas (o parecer sugeria pelo menos 100 cartuchos/homem) para avaliar a direção dos fogos e o remuniamento. Assim, sem munições em quantidade, não foi possível avaliar o consumo e a gestão do fogo (o relatório criticava que atirar de longe é característico de uma má infantaria). Só muito excepcionalmente se executam fogos a distância superior a mil metros (criticava descargas inúteis e que não se mudaram as práticas do regulamento de 1898, já ultrapassado). O remuniamento não se tinha observado, pois os muares de munições não transportaram os cunhetes durante o exercício. As posições defensivas estavam muito próximas das cristas topográficas criando ângulos mortos (não respeitando o Regulamento de Instrução de Tática de Infantaria e não permitia fogos de flanco). A avaliação critica as ligações e citando a escola francesa, destaca que as ligações são indispensáveis, desde a mais simples (dentro das companhias e batalhões) até às mais complicadas com agentes esclarecedores, etc.

(estão nos regulamentos mas não se observam nos exercícios). O relatório apontava a falta de comunicação e de ligação entre as unidades (em especial entre as companhias adjacentes do mesmo batalhão, criticando que, em muitos casos, os comandantes de companhia não conheciam com rigor os sectores das companhias adjacentes). Elogiava que, na Artilharia, as baterias usavam megafone e aconselhava também a sua utilização pela Infantaria. Elogiava, ainda, a conferência proferida, no dia 23 Julho, aos oficiais médicos, pelo Dr. Ricardo Jorge (Director-Geral da Higiene Pública, do Ministério do Interior) que partilhou com os médicos militares o que viu no “front” , onde esteve em visita junto das tropas inglesas na Flandres.

Em 22 Julho, ao fim de três meses no campo, foi dada como concluída a instrução da Divisão e o relatório refere o desfile de Montalvo, em continência ao Presidente da República e ao Corpo Diplomático, no qual participaram 17.000 homens armados e equipados, a que assistiram cerca de 40.000 pessoas, descrevendo que as unidades de artilharia passaram a trote largo com 36 bocas de fogo, que o desfile demorou duas horas, integrando por esta ordem, as unidades de Infantaria, de Artilharia, metralhadoras, Engenharia, Serviço de Saúde e de Cavalaria (quatro esquadrões) e no fim do desfile vinha o comboio automóvel<sup>1521</sup>.

Depois das grandes manobras, o Ministro da Guerra determinou a mobilização da 1ª Divisão Territorial para manter uma Divisão em preparação em Tancos, em condições de entrar em operações e outra preparada para iniciar a instrução. A Nota da Secretaria da Guerra, de 8 Junho 1916, trata de regular a mobilização da 1ª Divisão a concentrar na primeira quinzena de Agosto, em Tancos, e que mesma fosse por períodos sucessivos: do Regimento de Infantaria nº 1, um batalhão; do Regimento de Infantaria nº 2, dois batalhões; do Regimento de Infantaria nº 5, um batalhão; do Regimento de Infantaria nº 16, um batalhão; o Grupo de Metralhadores do Regimento de Cavalaria nº 4; do Regimento de Artilharia nº 1, dois grupos e a coluna de munições. Além destas unidades, também a unidade de Engenharia, as formações sanitárias e as formações administrativas, a reunir nos quartéis do Regimento de Cavalaria nº 2 e do Regimento de Cavalaria nº 4. Em Mafra, seria concentrado um batalhão do Regimento de Infantaria nº 1 e um batalhão do Regimento de Infantaria nº 5; em Santarém, um batalhão do Regimento de Infantaria nº 16; e, em Vendas Novas, o Grupo do Regimento de Artilharia nº 3. Em 26 de Junho, outra nota refere que a mobilização da 1ª Divisão pode contar com o reforço de unidades da 4ª Divisão (sul) e mais tarde também a ordem para esta 2ª Divisão mobilizar até 10 de Agosto.

Em 15 e 16 de Novembro 1916, houve um exercício de fogos de artilharia, na Charneca da Chamusca, que incluía treinar fogos reais durante um exercício táctico entre a Artilharia e a Infantaria, com observação aérea e transmissões por telegrafia sem fios (TSF). Foi dada ordem urgente para que uma seção de pessoal habilitado (secção TSF Marconi, tipo a dorso, participasse neste exercício para treinar as comunicações entre o aeroplano e a terra (nota do Quartel-General da Divisão de Instrução, de 7 de Novembro de 1916, para a Secretaria da Guerra). Neste exercício participaram três Baterias do Regimento de Artilharia nº 8 (Abrantes) e através da Nota de 5, de Novembro de 1916, era dada ordem para um oficial aviador em conjunto com um oficial de artilharia,

elaborassem um regulamento para a regulação tiro de artilharia por meio de aeroplanos e que este fosse usado nos exercício finais da 3ª Brigada, nos dias 15 e 16 de Novembro.



Figura 4 - Uma bateria de peças de artilharia 7,5 cm M/1904 (francesa) nos exercícios ainda sem capacete. No TO em França não foi esta peça que foi usada mas sim outro modelo francês 7,5 cm/1917.

## As dificuldades de pessoal

Como vimos, uma das principais lacunas da Divisão de Instrução era a falta de instrutores, o que se procurou resolver de modo apressado, improvisando promoções sem a adequada formação de sargentos promovidos a oficial e de oficiais formados à pressa. Para atenuar a falta de oficiais dos quadros permanentes foram promovidos todos os sargentos ajudantes de Infantaria e de Cavalaria que tinham o curso da Escola Central de Sargentos, assim como todos os aspirantes do quadro permanente de Artilharia de Campanha, de Cavalaria, de Infantaria e de Administração Militar<sup>[53]</sup>, princípio orientador

que seria reforçado, em Setembro de 1916, através do Decreto nº 2619: “Serão excepcionalmente feitas durante o estado de guerra, em todas as armas e serviços do exército e em todos os postos, as promoções necessárias para satisfazer as exigências do serviço de campanha”<sup>[54]</sup>.

Para abreviar a formação de novos oficiais de carreira foi também reduzida a duração dos cursos da Escola de Guerra<sup>[55]</sup>, estabelecendo que o ano lectivo tivesse a duração de seis meses (cinco meses de frequência e o sexto mês para preparação e realização de exames). A Escola de Guerra passou assim a realizar dois cursos por ano, um a iniciar em Junho e outro em Dezembro, e logo em Maio de 1916 foram definidas 400 vagas para o curso a começar em Junho desse ano, atribuindo-se a maioria das vagas ao curso de Infantaria (160), enquanto para o curso de Artilharia de Campanha eram 70, para Administração Militar 70, para Artilharia a pé 40, para Cavalaria 30 e para Engenharia 30 vagas<sup>[56]</sup>.

Relativamente a promoções, foram diversas as diligências para promover praças a sargentos e sargentos a oficiais, a fim de guarnecer os lugares de sargentos e oficiais<sup>[57]</sup>, com aplicação também a médicos e veterinários perante a necessidade: “São promovidas a alferes médicos e veterinários todas as praças que tenham o curso de medicina e de veterinário”<sup>[58]</sup>. Verifica-se uma preocupação em promover ao posto imediato muitas praças e sargentos que estavam já ao serviço, talvez para abrir os postos inferiores aos novos militares a incorporar. Tal aconteceu com as medidas para promover a 1º cabo os soldados do quadro permanente<sup>[59]</sup>.

Em 10 de Dezembro, foi decidido que a artilharia da Divisão deixava de contemplar o Grupo de Artilharia de Montanha e a Bateria de obuses<sup>[60]</sup> e, perante a falta de quadros na artilharia foi dada ordem para se dispensarem as condições relativas a escolas de recrutas e de repetição para a promoção a 1º cabo e a 2º sargento na Artilharia, para completar rapidamente a falta de sargentos de artilharia. Determinava que as juntas hospitalares examinassem rigorosamente o pessoal que lhes fosse presente e, ainda, resolvido o problema da falta de veterinários.

Eram dadas instruções para compensar as faltas de pessoal do Trem de Engenharia, das Formações Sanitárias e na coluna de munições, estabelecendo que a falta de 2º sargentos seria suprida com 1º cabos e a falta de 1º cabos com 2º cabos e soldados. No caso da Artilharia, era definido que a falta de cabos condutores seria resolvida por cabos do Regimento de Artilharia nº 2 (Figueira da Foz), do Regimento de Artilharia nº 7 (Viseu) e do Regimento de Artilharia nº 8 (Abrantes). Para compensar as faltas das formações administrativas seria necessário recorrer aos militares mobilizados que, pelas suas profissões e habilitações, pudessem desempenhar essas funções como vagemestres, telefonistas, telegrafistas, sinaleiros, sapadores, maqueiros, condutores, etc.. Para a especialidade de Metralhadoras, a falta de soldados dos 6º e 7º Grupos de Metralhadoras (Bragança e Castelo Branco) seriam supridas por soldados do 2º Grupo de Metralhadoras (Guarda), que seriam mandados apresentar em Tancos.

A Lei nº 566, de 7 Junho 1916, alterou o artigo 18º da anterior lei de recrutamento de 2

de Março de 1911, reduzindo as isenções do serviço militar, ao determinar que alguns cidadãos abrangidos pelo anterior diploma poderiam prestar serviços auxiliares em tempo de guerra nas oficinas do Estado, nos armazéns e depósitos, hospitais, secretarias militares, etc.; ao mesmo tempo, era incentivado o serviço voluntário, através do Decreto nº 2473, de 28 Junho 1916, sendo permitido aos mancebos com 16 anos de idade alistarem-se como voluntários no Exército, tendo sido dadas instruções para dar preferência à inspecção de voluntários entre os 21 e os 45 anos de idade, para serem logo incorporados dando também facilidades para serem colocados nas unidades que escolhessem<sup>[61]</sup>.

## As adaptações orgânicas da Força Militar

Após as diligências formais de aceitação do convite do Governo Britânico, de 15 de Julho, para a cooperação militar portuguesa e da aprovação no Parlamento, a 7 de Agosto, foi recebida, em Portugal, uma missão anglo-francesa constituída por três oficiais britânicos e três franceses<sup>[62]</sup>, que chegaram a Lisboa a 30 de Agosto, e até ao final de Novembro realizaram conversações e estudos que deram início a um projecto de Convenção Militar com o Governo Britânico, o qual, por sua vez, deu origem ao *Memorando das condições de emprego das forças Portuguesas na zona de operações britânica em França*<sup>[63]</sup>, aprovado formalmente pelo Governo Britânico, em 16 de Dezembro, prevendo, entre outras coisas, que as unidades da Divisão portuguesa fossem para França e ali realizassem uma instrução complementar ministrada pelos britânicos. O Estado-Maior da Divisão de Instrução, durante os meses de Novembro e Dezembro, definiu a organização das unidades do CEP, o que deu origem ao despacho de 5 Dezembro do Ministro da Guerra que definia a composição do Corpo Expedicionário (Divisão Reforçada), que havia sido assumida na 2ª convenção Luso Britânica, de 3 de janeiro de 1917.

A Divisão de Instrução, inicialmente tinha uma orgânica semelhante à Divisão Auxiliar (Divisão Pereira d'Eça)<sup>[64]</sup>, cuja orgânica tinha duas brigadas cada uma, com dois regimentos de três batalhões (no total, doze batalhões), quatro grupos de artilharia 7,5 cm para apoiar cada um dos quatro regimentos, dois grupos de metralhadoras divisionários (cada um com três batarias), para cada grupo de metralhadoras apoiar cada uma das duas brigadas, e cada brigada podia contar ainda com um grupo de metralhadoras. A Divisão Auxiliar portuguesa de 1914 seguia o modelo orgânico francês<sup>[65]</sup>, usando a organização regimental (um regimento com duas brigadas) diferente do modelo britânico, que não dispunha do escalão regimento de infantaria, tendo as brigadas de infantaria a enquadrar batalhões. A Divisão portuguesa de 1914 era constituída por duas brigadas, cada uma com dois regimentos, tendo cada um três batalhões de infantaria.

Em 1914, uma Divisão de Infantaria britânica era constituída por três brigadas, cada brigada tinha quatro batalhões, cada batalhão tinha quatro companhias a quatro pelotões (no total, a Divisão tinha doze batalhões). Em 1916, após os ajustamentos sugeridos pela delegação britânica, a força portuguesa ajustou a sua orgânica ao modelo britânico na



infantaria (três brigadas em vez de duas). Foi mobilizada outra brigada que também esteve em Tancos para preparar a 3ª Brigada, além de outras forças de artilharia e de saúde. A Divisão passou a ter três brigadas em vez de duas, como do antecedente (três brigadas de infantaria, cada uma com dois regimentos de três batalhões (no total, dezoito batalhões). Tal como o modelo de 1914, ainda não tinha morteiros nem metralhadoras ligeiras<sup>[66]</sup>, nem houve instrução destes sistemas em Tancos.

	<b>Pessoal</b>	<b>Solipedes</b>	<b>Viaturas</b>
Divisão Auxiliar 1914 - Divisão Pereira d'Eça: 4 Regimentos a 3 Batalhões	22461 720 oficiais e 21741	7211	1145 viaturas hipomóveis e 41 viaturas automóveis
Divisão de Instrução (Tancos) 1916: 4 Regimentos a 3 Batalhões	21241 (tinha menos 3 baterias metralhadoras e não tinha depósitos de pessoal em relação à Divisão Auxiliar) 665 oficiais e 20576 sargentos e praças	6683	610 viaturas hipomóveis e 355 viaturas automóveis
Divisão Reforçada, proposta em Dezembro de 1916 e formal em 3 Janeiro 1917 (convenção militar para emprego forças portuguesas na zona britânica em França). No memorando não tinha morteiros, mas com o Decreto 2138 (O.E. nº1 de 18 de Janeiro de 1917) já tinha morteiros, grupos de obuses e mais formações de base, etc.	32700 da Divisão e 5334 da Base do CEP 1551 Oficiais (1180 da Divisão e 371 da Base de apoio logístico) 38034 sargentos e praças (32700 da Divisão e 5334 da Base). Total: 39585	10629 da Divisão e 1092 da Base do CEP Total 11721	1745 (Divisão) + 44 (base) viaturas hipomóveis e 392 + 3 viaturas automóveis

Figura 5 - Quadro resumo da orgânica da força militar portuguesa.

Na nova organização (Divisão Reforçada), planeada no final de 1916 e formalizada no memorando de 3 janeiro de 1917, já ficou definida também a presença de baterias de morteiros que, do antecedente, não existiam na orgânica da Divisão Auxiliar de 1914 nem da Divisão de Instrução (Tancos) de 1916. Na Artilharia ficou também modificada a orgânica, com quatro grupos de peças 7,5 cm e mais três grupos de obuses (cada um com duas baterias), substituindo a Bateria de Obuses da orgânica de 1914<sup>[67]</sup>. Já não tem o Regimento de Cavalaria e tem antes um Grupo de dois Esquadrões, já contemplando formações de base, implicando quase o dobro de pessoal e de solípedes dos modelos orgânicos da Divisão Pereira d'Eça e da Divisão de Instrução.

## **Bibliografia**

### **1. Arquivo Histórico Militar**

AHM 1/35/316 - Ordens e Relatórios da Artilharia.

AHM 1/35/440 - Ofícios do Ministro da Guerra.

AHM 1/35/494 - Quadros orgânicos.

AHM 1/35/540 - Quadros orgânicos.

AHM 1/35/1193 - Estudo de Situação Militar Portugal 1914.

AHM 1/35/1256 - Relatório sobre o estado mobilizável do 1º escalão do Exército.

AHM 1/35/1269 - Mobilização.

AHM 1/35/1275 - Preparativos Mobilização Tancos 1916.

AHM 1/35/1348 - Solípedes.

AHM 1/35/1401 - Livro de Estatística do CEP.

AHM 3/12/62 a 65 - Almanques do Exército.

AHM-FE-CAVE - Fotos das Manobras de Tancos.

### **2. Fontes Editadas**

AAVV - *A Grande Guerra - Um Século Depois* - Coord. António José Telo, Porto: Fronteira do Casos, 2014.

AFONSO, Aniceto - *Grande Guerra. Angola, Moçambique e Flandres 1914-1918*, Lisboa:

QuidNovi, 2008.

ALMEIDA, Alberto Augusto de - *A Artilharia Portuguesa na Grande Guerra (1914-1918)*, Ministério do Exército, Lisboa, 1968.

CASIMIRO, Augusto - *Calvário da Flandres*, 3ª ed, Porto: Renascença Portuguesa, 1920.

CASEMIRO, Augusto - *Nas Trincheiras da Flandres, 1917*, Lisboa: Quartzo Editora, 2014.

COSTA, Gomes da - *A Grande Batalha do CEP: A Batalha de La Lys*, Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1919.

COSTA, Gomes da - *A Batalha do Lys - O Corpo de Exército Português na Grande Guerra*, Porto: Renascença Portuguesa, 1919.

CORTESÃO, Jaime - *Memórias da Grande Guerra*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Correspondência da Grande Guerra, Coronel Manuel Maia Magalhães*, Lisboa: Imprensa Nacional, 2010.

MAGNO, David - *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, Companhia Portuguesa Editora, Porto, 1921.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *O Segundo Governo de Afonso Costa 1915-1916*, Lisboa: Publicações Europa - América, 1974.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Afonso Costa*, Lisboa: Arcádia, 1975.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *O Terceiro Governo Afonso Costa - 1917*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MARQUES, Isabel Pestana - *Memórias do General Fernando Tamagnini 1915-1919 - Os Meus Três Comandos*, Viseu: Sacre, 2004.

MARQUES, Isabel Pestana - *Os Portugueses nas Trincheiras. Um Quotidiano de Guerra*, Entroncamento: GODAL - Indústria Gráfica e Comércio, 2002.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira - *Portugal na Grande Guerra*, 2 vols., Lisboa: Ática, 1934-1935.

MARTINS, Dorbalino dos Santos - *Estudo de Pesquisa Sobre a Intervenção Portuguesa na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres*, Lisboa: Estado-Maior do Exército - Direcção de Documentação e História Militar, 1995.

MATOS, Norton de - *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, 3 vols., Lisboa: Editora Marítimo Colonial, 1944.

MEDINA, João - *O Presidente-Rei Sidónio Pais*, Lisboa: Livros Horizonte, 2007.



MENESES, Filipe Ribeiro de - *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa Edições Cosmos, 2000.

OLIVEIRA, General A. N. Ramires, (Coord) - *História do Exército Português 1910-1945*, Volumes III e IV, Lisboa: Direcção dos Serviços de História Militar, 1995.

TELO, António José - *Primeira República I - Do Sonho à Realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010.

TELO, António José - "Para um Entendimento da Beligerância Portuguesa", in *Portugal 1914-1916 Da Paz à Guerra*, Lisboa, CPHM, 2014.

TELO, António José - "Revolução e Contra-Revolução em 1915", in *O Assalto à Escola de Guerra 1915-2015*, Porto, Fronteira do Caos, 2015.

### **3. Periódicos e Revistas**

Jornal "A Capital", de 7 de Junho de 1915.

Revista de Infantaria, Fevereiro e Março de 1912.

Revista dos Sargentos Portugueses nº 16, de 31 de Agosto de 1916.

Revista Militar, Lisboa, 1910 a 1937.

### **4. Legislação e Regulamentos Militares**

*Ordens do Exército (1ª Série) de 1914 a 1918.*

---

<sup>[1]</sup> \_ Jornal "A Capital", de 7 de Junho de 1915.

<sup>[2]</sup> \_ Revista dos Sargentos Portugueses, nº 16 de 31 de Agosto de 1916.

<sup>[3]</sup> \_ Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres, 1917*. Reedição da DHCM, Quartzô Editora, 2014, p.161.

<sup>[4]</sup> \_ Idem, p.169.

<sup>[5]</sup> \_ A grande maioria dos oficiais milicianos em serviço, em 1916, 1917 e em 1918, foram promovidos a alferes, em Agosto e em Novembro de 1916 (Almanaque do Exército de

1916).

<sup>[6]</sup> – Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa, 1969, pp. 251-252.

<sup>[7]</sup> – Segundo o relatório do Governador Civil do Distrito (1/35/1262/2 AHM) no dia 22 de Abril de 1916 no Regimento de Infantaria nº 21 (Covilhã) duas companhias recusaram-se a embarcar para Tancos, para onde deveriam marchar para participar nos exercícios, situação resultante no mau estar entre os militares convocados, em face da isenção de alguns jovens filhos de pessoas influente da cidade. Como castigo uma parte destes militares revoltosos (432 praças) foram enviados para Moçambique, em Julho, e o Regimento de Infantaria nº 21 mudou o seu quartel para Castelo Branco - Decreto nº 2408, de 25 de Maio de 1916 - Ordem do Exército nº 11 (1ª série), de 29 de Maio de 1916.

<sup>[8]</sup> – Revolta liderada por Machado Santos, protagonizada por oficiais das unidades militares de Tomar, Abrantes, Figueira da Foz e Castelo Branco, que aguardavam o embarque para França. O movimento não alcançou o objetivo que era cercar Lisboa, saindo de Tomar, e o seu líder foi preso no dia 14 de Dezembro, mas levou que muitos dos oficiais envolvidos deixassem as unidades que comandavam desde os exercícios de preparação de Tancos.

<sup>[9]</sup> – Documento nº 10 do fundo 1/35/1256/1, AHM.

<sup>[10]</sup> – Conhecida também como a “Divisão Pereira d`Eça”, cuja orgânica foi definida pelo Decreto de 1 de Dezembro de 1914. Ordem do Exército nº29, 1ª série, de 7 de Dezembro de 1914. 1/35/1256/1, AHM.

<sup>[11]</sup> – Ofício do Ministro da Guerra ao Diretor do Arsenal do Exército, de 2 de Setembro de 1915.

<sup>[12]</sup> – Ofício do Ministro da Guerra ao Diretor do Arsenal do Exército, de 2 de Setembro de 1915. 1/35/1256/1 AHM.

<sup>[13]</sup> – Documento 1/35/440/1, de 26 de Janeiro de 1916. No primeiro parágrafo, o general Norton de Matos justifica a mobilização da Divisão Auxiliar, não só para cooperar com a Inglaterra, mas também para qualquer circunstância no nosso país.

<sup>[14]</sup> – Na documentação existente no AHM sobre estas propostas, destacamos a que foi feita pelo tenente de Cavalaria Óscar Monteiro Torres, chefe da missão de Aviação em Inglaterra, que dava conta de que os três oficiais portugueses tinham obtido os

certificados de pilotos aviadores civis, em tempo *record* (apenas vinte e seis dias) e que iriam em breve fazer um estágio no “front.” Cumprindo a ordem de Norton de Matos, Monteiro Torres sugeria o modelo do aeroplano de bombardeamento “Di Haviland” com dois motores de 150 HP, além de outros aparelhos como “Curtiss”, “Sopwith” e o “Bee”. Cartas de 5 de Junho e de 10 de Agosto de 1916, do tenente de Cavalaria Óscar Monteiro Torres para o Ministério da Guerra (AHM 1/35/440/1).

<sup>[15]</sup> — Relatório sobre o estado mobilizável do 1º escalão do exército metropolitano. 1/35/1256/2 AHM.

<sup>[16]</sup> — Decreto de 10 de Julho de 1915 - Ordem do Exército nº 12 , 1ª série, 1915, p. 304.

<sup>[17]</sup> — Decreto de 18 de Dezembro de 1915 - Ordem do Exército nº 1 de 3 de Janeiro de 1916.

<sup>[18]</sup> — Desde 1911, existiam três escalões de tropas no exército: as Tropas Ativas; as Tropas de Reserva; e as Tropas Territoriais. As Tropas Ativas eram constituídas pelo pessoal permanente, por graduados e praças readmitidas, e pelos recrutados pertencentes aos contingentes dos últimos dez anos. As Tropas de Reserva pertenciam às dez classes seguintes que tivessem deixado de pertencer às tropas ativas e os dispensados das tropas ativas; e as Tropas Territoriais eram constituídas pelos cidadãos até aos 45 anos (após terem pertencido às duas classes anteriores) e por mancebos que ainda não tivessem sido incorporados, mas que podiam ser chamados a completar, em tempo de guerra, os efetivos do exército activo.

<sup>[19]</sup> — Edital de Convocação de Militares Licenciados, de 13 de Setembro de 1916.

<sup>[20]</sup> — Dec-Lei nº 2287, de 20 Março 1916 - Ordem do Exército nº 4 1ª série, 1916.

<sup>[21]</sup> — Lei de 20 Agosto 1915 - Ordem do Exército nº 16, 1ª série, 1915.

<sup>[22]</sup> — Circular nº 9 da Direcção-Geral da Secretaria da Guerra - Ordem do Exército nº 17, 1ª série, 1915, p.579.

<sup>[23]</sup> — Lei de 17 Abril de 1916 - Ordem Exército nº 6 1ª série, 1916.

<sup>[24]</sup> — Circular nº 9, de 12 Julho 1916 - Ordem do Exército nº 16, 1ª série de 1916, p. 743.

<sup>[25]</sup> — Decreto de 1 de Dezembro de 1914. Ordem do Exército nº 29, 1ª série, de 7 de Dezembro de 1914.

<sup>[26]</sup> — Estiveram reunidos em Tancos, em Junho e Julho de 1916, cerca de 19000 homens e 4000 solípedes.

<sup>[27]</sup> — De acordo com a Nota nº 45, de 20 Maio 1916 (AHM 1/35/1275), foi mobilizada mais um Brigada de Infantaria (6 Batalhões), um Grupo de Artilharia, uma Coluna de Munições e formações de serviço de saúde que realizaram um exercício em Tancos, em Novembro de 1916.

<sup>[28]</sup> — Ofício de 3 de Dezembro de 1915, do Comandante da Divisão de Instrução para a Secretaria da Guerra. 1/35/1/1269/48 AHM.

<sup>[29]</sup> — Edital de Convocatória de Licenciados de 24 Abril de 1916 (Decreto nº 2285, de 20 Março 1916). 1/35/1269/238 AHM.

<sup>[30]</sup> — Edital de 24 Abril de 1916 (Decreto nº 2285, de 20 Março 1916) - Convocação de militares licenciados (1/35/1269/238 AHM).

<sup>[31]</sup> — Anexo nº 5 ao Decreto de 18 de Dezembro de 1915 (Regulamento de Mobilização). Ordem do Exército nº 1, 1ª série, de 3 Janeiro de 1916, p. 283.

<sup>[32]</sup> — Circular nº 1 da Secretaria da Guerra - Urgente de 12 Abril 1916 - Ordem do Exército nº 6, 1ª série, 1916.

<sup>[33]</sup> — Ordem do Exército nº 5, 1ª série de 1916.

<sup>[34]</sup> — Decreto nº 2286, de 20 Março 1916.

<sup>[35]</sup> — Decreto nº 2694, de 26 Outubro 1916.

<sup>[36]</sup> — Documento nº 35 1/35/1/1269, AHM.

<sup>[37]</sup> — Documento nº 36 1/35/1/1269, AHM.

<sup>[38]</sup> — Mapa da distribuição por classes dos solípedes de requisição. Anexo ao relatório 1/35/1256/2 AHM. Os solípedes eram classificados em classes, desde a 1ª classe (cavalos e éguas com altura mínima de 1,5 m), passando pela 5ª classe (muars para rebocar viaturas e artilharia) até à 10ª classe, que eram os solípedes incapazes para o serviço militar.

<sup>[39]</sup> — Decreto nº 2515, de 15 julho de 1916, e Decreto nº 2532, de 29 julho 1916.

<sup>[40]</sup> — Organização definida em Janeiro de 1917, segundo a convenção luso britânica. AHM 1/35/1275.

<sup>[41]</sup> — Decreto nº 2297, de 24 Março 1916.

<sup>[42]</sup> — Ofício da Manutenção Militar para Secretaria da Guerra, em 15 de Setembro de 1916.

<sup>[43]</sup> — Documento nº 36 1/35/1/1269 AHM.

<sup>[44]</sup> — Decretos nº 2276 e 2279, de 15 de Março de 1916.

<sup>[45]</sup> — O Decreto nº 2416, de 1 junho de 1916, definiu a organização desta escola de formação de oficias milicianos em Lisboa, estabelecendo que o director da escola ficava na dependência directa da Secretaria da Guerra.

<sup>[46]</sup> — Decreto nº 2622, de 13 setembro 1916.

<sup>[47]</sup> — Decreto nº 2502, de 13 de Julho de 1916 - Ordem do Exército nº 16, 1ª série, de 1916.

<sup>[48]</sup> — Preparativos de Mobilização, Tancos, 1916 (QG 1ª Repartição da Divisão de Instrução). Caixa 1275/ 1ªDiv/35ªSec. AHM.

<sup>[49]</sup> — Nota do Quartel-General da Divisão de Instrução, de 28 Maio 1916 (assinada pelo major Roberto Baptista) - AHM 1/35/1275.

<sup>[50]</sup> — Nota do Quartel-General da Divisão de Instrução, de 14 de Maio. AHM.

<sup>[51]</sup> — A remessa de forragens ficou ali demorada na estação de caminhos-de-ferro, porque o

Regimento de Lamego não tinha capacidade de transporte, pois os solípedes para o Batalhão de Infantaria 9 só chegaram no próprio dia da marcha deste Batalhão para Tancos.

<sup>[52]</sup> — Relatório da Comissão Técnica da Arma de Infantaria, de 26 de Julho de 1916.

<sup>[53]</sup> — Decreto nº 2315, de 4 de Abril 1916 - Ordem Exercito nº 5, 1ª série, 1916.

<sup>[54]</sup> — Ordem do Exército nº 18, 1ª série, 1916.

<sup>[55]</sup> — Decreto nº 2314, de 4 de Abril 1916, da Secretaria Geral da Guerra - Ordem Exército nº 5 1ª série, 1916.

<sup>[56]</sup> — Decreto nº 2362, de 2 Maio de 1916 - Ordem do Exército nº 7, 1ª série, 1916.

<sup>[57]</sup> — Decretos nºs 2315 e 2316, de 4 de Abril 1916 - Ordem Exército nº 5, 1ª série, 1916.

<sup>[58]</sup> — Decreto nº 2345, de 20 Abril 1916 - OE nº 6, 1916.

<sup>[59]</sup> — Circular Urgente nº 54, de 3 Abril 1916 - OE nº 5, 1ª série, 1916.

<sup>[60]</sup> — Documento nº 36 1/35/1/1269. AHM.

<sup>[61]</sup> — Circular nº 21, de 13 Junho 1916, da Secretaria da Guerra - OE nº 15, 1ª série, de 1916.

<sup>[62]</sup> — Os oficiais britânicos eram o major-general Barnardiston, o tenente Gough Calthrop (seu ajudante) e o 2º tenente Robinson (interprete). Os oficiais franceses eram o tenente-coronel de Cavalaria Paris, o major de Artilharia de L`Epervier e o alferes de Infantaria Giraudoux.

<sup>[63]</sup> — Do lado português, participaram neste planeamento o general António Rodrigues Ribeiro, o general Tamagnini de Abreu e Silva (comandante da Divisão Instrução que seria enviada), o major de Artilharia e do Serviço de Estado-Maior Roberto da Cunha Baptista (Chefe do Estado-Maior da Divisão de Instrução) e outros oficiais nomeados para funções no Estado-Maior da Divisão.

<sup>[64]</sup> — OE nº 29, 1ª série, de 7 Dezembro de 1914.

<sup>[65]</sup> — A reorganização militar republicana baseada no conceito da “nação em armas” foi muito influenciada pelo modelo militar francês, quer no novo sistema de serviço militar geral e obrigatório quer ao nível da doutrina tática e da organização militar. Também ao nível da disciplina e nos conceitos da arte de comandar, foram as referências francesas da *Discipline Moderne*, de Paul Simon, e da *Art de Comander*, de Gavet, que estiveram presentes nas reformas militares, após 1911.

<sup>[66]</sup> — Só no teatro de operações, em França, o CEP conheceu a metralhadora ligeira britânica “Lewis” que era a grande novidade da época, revolucionando a tática da infantaria (cada batalhão de infantaria dispunha de dezasseis armas destas). Também só em França os portugueses conheceram os três tipos de morteiros (ligeiros, médios e pesados), a metralhadora pesada “Vickers” e o obus de artilharia 11,4 cm (todos sistemas britânicos).

<sup>[67]</sup> — Esta organização (tendo seis baterias de obuses) permitiu, mais tarde, adoptar integralmente a orgânica da artilharia britânica, quando a força portuguesa se constituiu como Corpo de Exército, foram mobilizados dois grupos de peças 7,5 cm (o 5º e o 6º Grupos) e a cada um foi dada uma bateria de obuses, ficando cada Grupo de Artilharia português (GBA) com a orgânica britânica (três baterias de peças e uma de obuses).